FIM DO PPI rumo à reconstrução da Petrobrás

"O fim do preço de paridade de importação (PPI), implementado em 2016 por Michel Temer e mantido por Jair Bolsonaro, é uma reivindicação da categoria petroleira e significa um passo importante para reconstrução da Petrobrás que queremos", avalia o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Gui-Iherme Alves sobre a preços anunciada pelo presidente da empresa, Jean Paul Prates, no último dia 16/05.

O PPI tem como principais fatores para o cálculo do preço dos combustíveis, a cotação do petróleo no mercado externo, a taxa de câmbio, custos logísticos e de frete, entre outros componentes, mesmo para os derivados produzidos no Brasil. Sua aplicação representou preços altos da gasolina, diesel e gás de cozinha, impactando a inflação e afetando a população mais pobre. Desde que foi criado, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus

sindicatos vem denunciando os efeitos desse mecanismo que servia aos objetivos de privatização dos governos anteriores. O PPI foi um dos responsáveis pelas greves dos caminhoneiros e dos petroleiros em 2018, que culminaram com a queda do ex--presidente da Petrobrás, Pedro Parente.

O anúncio de uma nova mudança na política de política de preços veio acompanhado da redução, nas refinarias, de R\$ 0,40 por litro da gasolina; R\$ 0,44 por litro do Diesel e de R\$8,97 no preço do botijão de gás (13Kg). "Os reajustes continuarão sendo feitos sem periodicidade definida, evitando o repasse para os preços internos da volatidade conjuntural das cotações internacionais e da taxa de câmbio", diz

o comunicado da Petrobrás.

Conforme cálculos do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese/ subseção FUP), durante a vigência do PPI, entre 15 de outubro de 2016 e atualmente, o preço do botijão de 13 quilos de gás liquefeito de petróleo (GLP) teve alta de 223,8%, com 34 reajustes de preços para cima. O barril do petróleo, no mesmo período, subiu 61,9% e a inflação, 36,6%. Da mesma forma, a gasolina teve variação de 112,7% nos preços durante a vigência do PPI, enquanto o óleo diesel subiu 121,5%.

No último período, a Petrobrás distribuiu mega dividendos a acionistas, sobretudo acionistas minoritários estrangeiros. A expectativa da categoria petroleira agora é que a Petrobrás priorize os investimentos na empresa, incentivando a industrialização brasileira para a geração de empregos e desenvolvimento do país.



Eleição encerra com vitória da Chapa 1

Chapa vencedora foi eleita com 96% dos votos totais da eleição

Após uma semana intensa de eleições, a categoria petroleira de Minas Gerais conhece enfim a nova Diretoria Colegiada e Conse-Iho Fiscal do Sindipetro/MG. Com 96,5% dos votos válidos, a "Chapa 1 - Unidade e Luta" conquistou a confiança da categoria e foi eleita para conduzir o sindicato no próximo triênio (2023-2026).

A "Chapa 1 - Unidade e Luta" se destacou com o compromisso da unidade da categoria petroleira no estado e por seu programa pautado na reconstrução da Petrobrás e dos direitos da categoria.

Após a apuração dos votos, Gui-Iherme Alves, novo coordenador geral, expressou a sua gratidão e honra pela confiança depositada na chapa.

"Assumimos a direção do Sindipetro/MG com o compromisso de defender os direitos e interesses dos trabalhadores e fortalecer a luta em defesa da Petros e da AMS. Vamos também avancar na defesa da Petrobrás, na conquista de melhores condições de trabalho e na valorização de cada petroleiro" afirmou o novo coordenador geral do sindicato.

FUP cobra PLR à todo Sistema Petrobrás

conteceu nesta terça-feira, 16, a segunda reunião do Grupo de Trabalho paritário, em que representações da FUP e da Petrobrás estão discutindo os modelos de remuneração variável e de cargos e carreiras para as empresas do Sis-

As lideranças sindicais voltaram a cobrar a retomada do avanco de nível a cada 12 meses para os trabalhadores do PCAC e reiteraram a importância do compromisso assumido pela empresa de construir coleti-

vamente com as representações dos trabalhadores um modelo unitário de plano de cargos e carreiras.

Α Petrobrás fez também uma apresentação sobre a quitação da PLR 2022, prevista para ser paga no dia 31/05, e informou que constituiu um arupo interno de trabalho para encaminhar a proposta de regramento apresentada pela FUP para

as PLRs futuras e buscar uma resposta das instâncias superiores em relação à PLR 2019. A empresa ficou de retornar sobre essa questão na próxima reunião do GT, no dia 23 de maio.

A FUP cobrou um calendário unificado de pagamento de PLR que contemple as subsidiárias, lembrando que, historicamente, defende que

> a distribuição do lucro seja feita de forma in-

tegrada com todas as empresas do Sistema Petrobrás.







